



Índia reforça Investimento em Moçambique

Até 2011 a Índia pretende investir mais de mil milhões de USD em Moçambique. Este valor foi anunciado pelo Director do Centro de Promoção de Investimentos, que gere e apoia os investimentos estrangeiros em Moçambique, numa reunião para empresários indianos e moçambicanos. [Pag 2](#)

Cimeira da CPLP em Angola

Realizou-se em Luanda, a 23 de Julho, a VII Cimeira de Chefes de Estado e de Governos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, durante a qual Portugal transferiu a presidência da CPLP para Angola. A Cimeira decorreu sob o lema da "Solidariedade na Diversidade" e foram apresentadas as prioridades para os próximos dois anos [Pag 2/4](#)

Eleições em São Tomé e Príncipe

Entre 25 de Julho e 1 de Agosto, realizaram-se eleições legislativas, autárquicas e regionais em São Tomé e Príncipe. [Pag 4/6](#)

Cimeira da UA no Uganda

Realizou-se, em Julho, em Kampala, a XV Sessão ordinária da Assembleia da União Africana, que teve como tema central a "Saúde materna, infantil e Desenvolvimento". Este tema assume especial importância para África face à realidade que o Continente enfrenta neste domínio. [Pag 6/7](#)

Fórum Económico África – EUA

Realizou-se, entre os dias 2 e 6 de Agosto, em Washington, sob o lema: "Novas Estratégias para um Mundo em Mudanças", o Fórum Anual Económico África – EUA. Durante este encontro foram debatidas diversos temas relacionados com o comércio e economia. [Pag 7](#)

Tensão Social em Moçambique

Tal como em 2008, o aumento dos bens essenciais em Moçambique provocou uma onda de protesto social em Maputo, seguida por um clima de violência na capital moçambicana. Os aumentos de Setembro incidiram sobre a água, electricidade e bens essenciais. [Pag 7/9](#)

Ranking da Competitividade

Cabo Verde entrou directamente para a 117ª posição no Ranking de Competitividade 2010/11, uma avaliação feita pela primeira vez ao arquipélago pelo Fórum Económico Mundial, que, globalmente, considera o desempenho cabo-verdiano "positivo". [Pag 9](#)

Luanda apoia Bissau

No âmbito da política de afirmação internacional, Angola tem vindo a reforçar a sua presença nos outros países africanos lusófonos, sendo a Guiné-Bissau o caso mais recente. Luanda tem assumido cada vez mais um papel estratégico, do ponto de vista económico, destacando-se o investimento angolano na exploração de Bauxite, no sul da Guiné-Bissau. [Pag 10](#)

Cimeira da CEDEAO sobre a Guiné-Bissau

Com o objectivo de discutir a situação na Guiné-Bissau, realizou-se uma Cimeira Extraordinária de Chefes de Estado da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. De acordo com o seu Presidente a Guiné-Bissau corre o risco de cair na anarquia, a menos que seja encontrada uma solução para a situação de segurança. [Pag 11](#)

Ilha do Príncipe candidata a Reserva da Biosfera

A Região Autónoma de Príncipe candidatou-se à reserva da biosfera da UNESCO com o apoio do IPAD, em virtude dum estudo realizado e apresentado por uma equipa de biólogos portugueses que recentemente esteve na Ilha do Príncipe. Este projecto foi coordenado pelo Professor António Domingos Abreu, e envolveu uma equipa multidisciplinar de cientistas. [Pag 12](#)

Investimento Indiano em Moçambique

Até 2011 a Índia pretende investir mais de mil milhões de USD em Moçambique. Este valor foi anunciado por Mohamad Rafik, Director do Centro de Promoção de Investimentos (CPI), entidade que gere e apoia os investimentos estrangeiros em Moçambique, ao falar numa reunião que juntou empresários indianos e moçambicanos.

A reunião realizou-se, em Julho, no âmbito de uma visita de dois dias a Moçambique do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia, Somanahalli Mallaiiah Krishna, que assinou com o seu homólogo moçambicano, Oldemiro Baloi, um apoio indiano de 19,9 milhões de euros para expansão da rede eléctrica em três províncias do país, Cabo Delgado e Niassa, norte de Moçambique, e Manica, no centro do país. O acordo de financiamento, enquadrado nas linhas de crédito abertas pela Índia, foi formalizado pelo Presidente do EXIM Bank, instituição financeira do Governo indiano, Venkat Subramanian, e pelo Director Nacional do Tesouro de Moçambique, António Laíçe.

O Ministro do Planeamento e Desenvolvimento de Moçambique, Aiuba Cuereneia, lembrou que a Índia já investe em Moçambique nos sectores industrial, agrícola e de agro-processamento, com Moçambique a exportar essencialmente castanha de caju, algodão e leguminosas.

A Índia foi, no ano passado, o quarto maior investidor em Moçambique, com um volume de negócios a rondar os 500 milhões de USD. Mohamad Rafik salientou que a economia indiana está a modernizar-se e a produzir bens competitivos e com durabilidade, a um terço do preço dos produtos idênticos que Moçambique importa de mercados europeus e norte-americanos.



Cimeira da CPLP em Angola

■ Luís Castelo Branco

Realizou-se em Luanda, a 23 de Julho, a VII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), durante a qual Portugal transferiu a presidência da organização para Angola. Esta Cimeira decorreu sob o lema da "Solidariedade na Diversidade". O governo angolano apresentou as prioridades para a sua presidência da CPLP, nos próximos dois anos, com destaque para a promoção da Língua Portuguesa, diplomacia e concertação política e cooperação e desenvolvimento.

Uma das novidades desta Cimeira foi o facto de, pela primeira vez, os Presidentes dos Parlamentos nacionais estarem presentes. A Assembleia Parlamentar da CPLP foi instituída pelo XII Conselho de Ministros, que decorreu em Novembro de 2007, em Lisboa, sendo que um dos seus principais objectivos é o de emitir pareceres sobre as orientações, a política geral e as estratégias da CPLP.

Entre os temas abordados nesta Cimeira destacou-se a possibilidade de a Guiné-Equatorial passar de observador a membro de pleno direito da Comunidade, a política da difusão da língua portuguesa e a situação na Guiné-Bissau.

A Guiné-Equatorial foi admitida como observador em 2006, na VI Cimeira, realizada na Guiné-Bissau, a par das Ilhas Maurícias, tendo o Senegal dado semelhante passo em 2008, em Lisboa.

Depois da Guiné Equatorial, mais cinco países - Austrália, Indonésia, Luxemburgo, Suazilândia e Ucrânia - manifestaram interesse em aderir à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O Secretário Executivo da Organização, Domingos Simões Pereira precisou que a Suazilândia e a Ucrânia já formalizaram o pedido de adesão como membros associados. O Luxemburgo solicitou um "convite especial" para estar presente na próxima cimeira da CPLP. O interesse indonésio foi expresso por uma delegação parlamentar, enquanto que do lado da Austrália, foi o embaixador deste país em Lisboa que, em várias ocasiões, contactou o secretariado executivo da CPLP.

Neste momento, a CPLP integra oito países e conta ainda com três países com o estatuto de membro associado: Guiné Equatorial, Senegal e Ilhas Maurícias

A questão da plena adesão da Guiné Equatorial foi um assunto controverso nesta cimeira da CPLP. Para ultrapassar um dos requisitos da CPLP, o Presidente da Guiné-Equatorial promulgou, no dia anterior ao início da Cimeira, o decreto que estabeleceu o Português como

terceira língua oficial do país, um dos requisitos essenciais exigidos para poder integrar a CPLP.

O decreto assinado pelo Presidente Teodoro Obiang, clarificou que as línguas oficiais da Guiné-Equatorial são o Espanhol, o Francês e o Português. Um outro argumento utilizado foi o facto de uma minoria dos habitantes da Guiné Equatorial falarem um crioulo baseado no português, o Fá d'Ambô na Ilha de Ano Bom.

O diploma presidencial, que vem na sequência da aprovação em Abril passado pelo Parlamento da Guiné-Equatorial, explica que a inclusão do Português como língua oficial no país contribuirá positivamente para aumentar a cooperação no contexto afro-ibérico e luso-hispânico de nações.

Para Obiang, a introdução do Português reforçará em grande medida as relações de aproximação, boa vizinhança e de irmandade que a Guiné-Equatorial mantém com um grande número de Estados, membros fundadores da CPLP, nomeadamente, a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

A eventual adesão da Guiné-Equatorial, dividiu os Estados Membros da CPLP. O Brasil foi dos mais entusiastas apoiantes da adesão da Guiné-Equatorial, devido, em grande medida, aos interesses petrolíferos. Porém, outros países, como Portugal, mostraram-se incomodados com este pedido devido à natureza do regime de Malabo, muito longe dos princípios democráticos defendidos pela Comunidade.

Em Abril, o Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, tinha afirmado que a adesão da Guiné Equatorial dependia da avaliação que os Chefes de Estado fizessem sobre as condições para essa integração face ao estipulado nos estatutos da Comunidade. Simões Pereira lembrou que o princípio básico para a estruturação da organização é a língua portuguesa, que está na génese do encontro destas diferentes culturas e geografias.

Do lado português, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, fez saber que Portugal via de forma positiva a entrada da Guiné Equatorial na CPLP, mas lembrou que as exigências impostas pelos estatutos devem ser respeitadas. Nesse sentido, o pedido formulado pela Guiné Equatorial, não deve ser entendido como entrada imediata na organização, mas sim da abertura do processo negocial para a sua admissão.

Cabo Verde assumiu publicamente que apoiava a Guiné Equatorial, tendo o Ministro dos Negócios Estrangeiros cabo-verdiano, José Brito, afirmado que a comunidade lusófona terá muito a ganhar com essa entrada.

Por seu lado, o Presidente moçambicano, Armando Guebuza, considerou que essa possível adesão poderá servir para a Guiné Equatorial "melhorar o seu relacionamento", nomeadamente no que diz respeito aos direitos humanos.

Entretanto, o Ministro das Relações Exteriores de Angola, Assunção dos Anjos, defendeu que uma decisão sobre a entrada da Guiné Equatorial na CPLP dependia de uma posição consensual. No fundo, Angola acabou por ser, juntamente com Portugal, um dos principais obstáculos à entrada imediata da Guiné Equatorial.

Um outro tema abordado na Cimeira foi a questão da aplicação do Acordo Ortográfico, o qual ainda não foi ratificado por Angola e Moçambique.

A Directora do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), a angolana Amélia Mingas, justificou o atraso de Angola na ratificação do novo Acordo Ortográfico com a necessidade de integrar aspectos indispensáveis à realidade linguística e cultural do país nesta convenção.

O governo moçambicano ainda não se pronunciou sobre as datas nem dos passos que tomará internamente antes da ratificação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, mas está a ponderar a assinatura e aplicação desse instrumento. Neste momento, ao nível do Executivo o assunto está a ser tratado pelo Ministério da Educação, analisando-se com profundidade os diversos aspectos e implicações da aplicação em Moçambique da nova grafia do Português.

O Acordo Ortográfico foi assinado a 16 de Dezembro de 1990 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, mas não podia entrar em vigor por não ter sido ratificado por todos os países.

Entretanto, na cimeira da CPLP de Brasília, em 2002, foi aprovada uma alteração aos estatutos que permitiu a entrada em vigor de qualquer acordo desde que seja ratificado por pelo menos três países, passando a vigorar nesses Estados-membros.

Até ao presente, Brasil, Cabo Verde, Portugal e São Tomé e Príncipe

Eleições em São Tomé e Príncipe

aprovaram quer o Acordo Ortográfico quer o Protocolo Modificativo ao Acordo, estando oficialmente em vigor nestes países.

A situação na Guiné-Bissau foi igualmente um dos temas centrais desta Cimeira. Vários estados membros mostraram-se preocupados com a contínua degradação da situação no país, tanto mais que o problema do narcotráfico não é resolvido. Face ao golpe de 1 de Abril deste ano, que levou à destituição do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas (CEMGFA), Zamora Induta que se encontra preso desde então, e à nomeação de António Indjai como novo CEMGFA, a UE decidiu suspender a Missão de Reforma do Sector da Segurança no país.

O General Indjai foi um dos mentores do golpe de 1 de Abril, razão pela qual a UE decidiu suspender a Missão. A UE apontou a nomeação do General António Indjai para a chefia das Forças Armadas como mais um recuo no processo de consolidação democrática e confirma a falta de condições para o envio de uma nova missão de apoio à reforma do sector da segurança. A situação tornou-se mais tensa após o novo CEMGFA ter promovido uma série de alterações nas chefias militares do país. Estas nomeações foram recebidas com alguma estranheza por parte da comunidade internacional, uma vez que resultaram nas promoções de militares conotados com operações de narcotráfico, acusação que também esteve na base da forte rejeição internacional à nomeação de António Indjai como CEMGFA.

Face a esta situação, a possibilidade do envio de uma força internacional de estabilização não foi excluída.

Poucos dias após a Cimeira da CPLP, as autoridades políticas e militares da Guiné-Bissau concordaram, com o princípio da vinda de uma força de estabilização. Após uma reunião do Conselho de Defesa Nacional guineense, presidida pelo Presidente Malam Bacai Sanhá, o porta-voz presidencial, Soares Sambu, afirmou que essa decisão havia sido tomada e que seriam, desde logo, iniciadas as formalidades necessárias.

A próxima Cimeira da CPLP realizar-se-á em 2012 em Moçambique.



Entre 25 de Julho e 1 de Agosto, realizaram-se eleições legislativas, autárquicas e regionais em São Tomé e Príncipe.

No dia 25 de Julho realizaram-se as eleições autárquicas e as eleições na região do Príncipe. No caso das eleições autárquicas vários foram os partidos que conseguiram obter mandatos, embora a vitória nestas eleições tenha cabido à ADI de Patrice Trovoada. O partido de Patrice Trovoada, que não tinha qualquer representação nas autarquias nacionais, ganhou as câmaras dos dois distritos mais populosos, Água Grande (incluiu a cidade de São Tomé) e Mé-zochi (inclui a cidade da Trindade), onde vive cerca de 80% da população do país. Para além disso, conseguiu conquistar mandatos noutros distritos, onde o MLSTP/PSD foi vencedor.

O PCD que detinha 4 das seis câmaras de São Tomé, perdeu todas. Em Caué no sul do país, o MLSTP/PSD foi o vencedor. Conquistou 6 dos 7 mandatos em disputa, o PCD conseguiu um mandato.

No distrito de Lembá ao norte de São Tomé, onde estavam em disputa 7 mandatos para a Assembleia Distrital, o MLSTP conquistou os 7 mandatos, sendo o vencedor absoluto em Lembá.

Em Lobata, o MLSTP/PSD foi também o vencedor. Dos 9 mandatos em jogo para a Assembleia Distrital, o MLSTP/PSD elegeu 6 membros para a Assembleia distrital, a ADI elegeu 2 e o PCD elegeu 1.

No distrito de Cantagalo também estavam em disputa 9 mandatos, o MLSTP/PSD venceu com 6 mandatos, o PCD ficou com 2 mandatos e a ADI com 1 mandato.

O MLSTP/PSD conquistou assim 4 câmaras distritais em São Tomé. Mas a vitória conforme anunciou o Presidente da Comissão Eleitoral Nacional, acabou por caber à ADI. O partido de Patrice Trovoada, foi demolidor no distrito de Mé-Zochi. Um distrito fundamental, que tradicionalmente decide as eleições nacionais. Dos 11 mandatos em disputa para a Assembleia distrital, a ADI conquistou 6 mandatos e o MLSTP/PSD 3.

No distrito de Água Grande, o mais populoso, a ADI elegeu 8 membros a Assembleia Distrital, e o MLSTP/PSD 3, num total de 11 mandatos em jogo.

O partido de José Cardoso Cassandra, foi o vencedor absoluto das eleições regionais na ilha do Príncipe. A UMPP, elegeu mais uma vez os 7 deputados a Assembleia Regional. O MLSTP/PSD único adversário

da UMPP, só conseguiu 1.039 votos numa eleição em que dos 3.413 eleitores inscritos, 3.127 exerceram o direito de voto.

No que diz respeito às eleições legislativas apresentaram-se 11 partidos:

- Partido da Convergência Democrata (PCD), liderado por Albertino Bragança;
- União dos Democratas para Cidadania e Desenvolvimento (UDD), composta por dissidentes da ADI;
- Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD), do Primeiro-Ministro Rafael Branco;
- Acção Democrática Independentes (ADI) de Patrice Trovoada;
- Movimento Democrático Força da Mudança – Partido Liberal (MDFM-PL), do Presidente Fradique de Menezes;
- Confederação Democrática Nacional (CDN) de Hamilton Vaz;
- Frente Democrática Cristã (FDC) de Arlécio Costa. Este movimento acabou por desistir a favor do PCD.
- Movimento Socialista, (MS) de Gilberto Gil Umbelina;
- Movimento Nacional da Sociedade Civil (MNSC) de Aurélio Silva;
- Coligação Democrática da Oposição (CODO), de Neves e Silva;
- União Nacional para Democracia e Progresso (UNDP) de Paixão Lima.

Nas eleições legislativas, realizadas a 1 de Agosto, a ADI de Patrice Trovoada, ganhou, conquistando 26 mandatos para a Assembleia Nacional. O MLSTP/PSD de Rafael Branco foi derrotado tendo conquistado 21 mandatos. O PCD de Albertino Bragança, em queda livre, assegurou 7 lugares na Assembleia Nacional, o MDFM-PL do Presidente Fradique de Menezes confirmou a sua morte política, arrecadando apenas 1 assento na Assembleia.

A ADI aumentou consideravelmente o seu número de deputados uma vez que nas eleições de 2006 tinha obtido apenas 11. O MLSTP, e o seu líder Rafael Branco, apesar de terem aumentado um deputado face às eleições de 2006 não podem deixar de ser um dos grandes derrotados destas eleições. O PCD perdeu cinco deputados e o MDFM perdeu dez deputados sendo uma clara derrota para o Presidente Fradique de Menezes. Face a estes resultados, Patrice Trovoada será o novo Primeiro-Ministro do país, necessitando, no entanto, do apoio de dois deputados de outros partidos para obter a maioria absoluta e poder garantir a estabilidade governativa.

As eleições legislativas contaram com uma participação de 88% dos 80 mil eleitores que elegeram 55 deputados para a Assembleia de São Tomé e Príncipe.

A 21 de Agosto, Patrice Trovoada tomou posse como Primeiro – Ministro. O novo governo da ADI é composto por três áreas: Institucional, que inclui os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, Defesa e Segurança Pública, Justiça e Reforma do Estado, Assuntos Parlamentares e da Descentralização e da Secretaria Geral do Governo. Económica: Finanças e Cooperação Internacional, Plano e Desenvolvimento, Obras Públicas e Recursos Naturais. Social: Saúde e dos Assuntos Sociais, Educação Cultura e Formação, e a Secretaria de Estado para Juventude e Desporto.

O programa de governo apresentado por Patrice Trovoada, para os próximos quatro anos, baseia-se em quatro eixos prioritários:

A credibilização da classe dirigente para uma boa governação. Neste eixo o grande objectivo é o de modernizar a administração pública e combater a corrupção e a impunidade. Este objectivo visa melhorar a imagem da classe política santomense, quer aos olhos da população quer em termos internacionais;

Crescimento económico com vista a combater a pobreza que ainda atinge parte substancial da população e diminuir, simultaneamente, a taxa de desemprego. Para ser bem sucedido neste objectivo, o Governo de Patrice Trovoada pretende combater a fraude fiscal, melhorar a gestão das finanças públicas e atrair investimentos privados nacionais e internacionais;

Organização e coesão social. Para alcançar este objectivo pretende-se promover o sector produtivo através da adopção de sistemas de micro-crédito especialmente vocacionados para a agricultura. O sector das pescas, especialmente na região autónoma do Príncipe, merecerá atenção especial. Outro sector que o governo pretende promover é o turismo criando-se uma agência de promoção da marca “STP”.

Reforço da autoridade do Estado. Em relação ao último grande pilar de intervenção do Governo, o objectivo é o de promover numa maior segurança e interna e externa do país.

A 2 de Setembro, José Cardoso Cassandra tomou posse como Presidente do governo regional da ilha do Príncipe para um mandato de três anos, juntamente com os três únicos secretários regionais.



Cimeira da UA no Uganda

Trata-se do segundo mandato consecutivo de José Cassandra que preside ao movimento União para a Democracia e Desenvolvimento (UMPP).

Para esta legislatura, José Cassandra optou por constituir um executivo reduzido de apenas três secretários regionais.

Infra-estrutura, Ordenamento do Território e Meio Ambiente, Assuntos Económico e Financeiro e a área Sócio Cultural constituem a actual estrutura governamental de José Cassandra. Nestor Umbelina, que exerceu na última legislatura as funções de Presidente da Assembleia Regional, passa agora a exercer as funções de secretário para Infra-estrutura, Ordenamento do Território e Meio Ambiente. Hélio Lavres, foi reconduzido nas pastas de Economia e Finanças, enquanto Natália Umbelina tomou posse no cargo de secretaria para a área sociocultural.

A cerimónia de investidura decorreu na cidade de Santo António e foi presidida pelo Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Patrice Trovoada.

Realizou-se, em Julho, em Kampala, a XV Sessão ordinária da Assembleia da União Africana (UA), que teve como tema central a "Saúde materna, infanto-juvenil e Desenvolvimento". Este tema, que foi proposto por Moçambique, e assume especial importância para África face à realidade que o Continente enfrenta neste domínio.

Uma em cada 16 mulheres morre durante o parto. A estatística é da União Africana e foi apresentada aos Chefes de Estado e de Governo durante a Cimeira da organização. Em cada seis minutos oito crianças morrem em África, das quais dois recém-nascidos, de doenças preventivas. A Organização está preocupada com esta estatística e por isso iniciou recentemente uma campanha para a redução acelerada da mortalidade materna no continente e reverter esta tendência.

A campanha foi lançada em apenas 13 países, enquanto outros sete devem aderir até ao final do ano. O objectivo é garantir que África não está indiferente: nenhuma mulher deve morrer enquanto esteja a gerar vida, o tema da campanha.

O Presidente da União Africana, Bingu Mutharika, Chefe de Estado do Malawi, desafiou os países membros a garantir que nos próximos cinco anos nenhuma criança deve morrer de fome ou má nutrição em África. Para o efeito, ele assume como objectivo a melhoria da segurança alimentar.

Durante este encontro, a União Africana advertiu os estados membros que não vai admitir a persistência de conflitos, intensificação de crises eleitorais e o ressurgimento de golpes de Estado. Apesar desta alerta, a verdade é que os progressos alcançados em matéria de resolução de conflitos ainda é frágil, como atestam os casos da Guiné-Bissau, Costa do Marfim e República Centro Africana. Segundo o Presidente da Comissão da União Africana, o gabonês Jean Ping, nesses países os processos de paz e de reconstrução requerem esforços adicionais.

A União Africana pretende criar uma África com paz e segurança, mas o Continente ainda tem países como a Somália, onde a fragilidade da situação política preocupa; Sudão, que vive uma fase crítica pós-eleitoral; e Madagáscar, onde a situação política ainda está por resolver

Segundo a União Africana, o crescimento e a retoma estão de volta a África, apesar de ser frágil e lenta. A produção aumentou de 1,6%, registado no ano passado. Para o ano em curso, a previsão de crescimento é, em média, de 4,7%.

A UA anunciou que, no próximo ano, 13 países podem ter taxas de crescimento económico entre 6 a 11%, entre os quais a Etiópia e o Uganda. A organização entende que para consolidar o crescimento os países membros devem aumentar o seu investimento em infra-estruturas para estimular a capacidade de produção e promover o comércio no Continente.

Um outro tema abordado nesta Cimeira da UA, teve a ver com o seu relacionamento com o Tribunal Penal Internacional (TPI), o qual tinha pedido a abertura de uma representação em Addis Abeba, capital da Etiópia e cidade sede da UA, para melhorar o diálogo com a União e para explicar melhor as suas acções no continente africano.

O Presidente da UA, Jean Ping, acusou o TPI de ferocidade contra África, uma vez que todas as acções tomadas pela jurisdição internacional foram contra personalidades ou dirigentes africanos.

Os países da UA já avisaram que não vão aplicar a ordem de prisão do TPI contra o Presidente sudanês, Omar al-Bashir, indiciado desde 2009 por crimes de guerra e crimes contra a humanidade e ainda, desde 12 de Julho, por genocídio na província sudanesa de Darfur.

De acordo com o Presidente da UA, Bingu wa Mutharika, colocar um Chefe de Estado em exercício sobre a alçada de um mandado de captura compromete a paz e a segurança em África, pondo em causa os esforços desenvolvidos pela UA nos últimos anos.

Fórum Económico África – EUA

Realizou-se, entre os dias 2 e 6 de Agosto, em Washington, sob o lema: "Novas Estratégias para um Mundo em Mudanças", o Fórum Anual Económico África – EUA. Durante este encontro foram debatidas questões relacionadas com o comércio e economia, melhoria do comércio intra-África, fortalecimento e expansão das relações comerciais entre os EUA e África, competitividade de África no comércio global, interacção e contactos empresariais para a diversificação das exportações de produtos elegíveis no âmbito do AGOA (Lei de crescimento e oportunidades para o Continente Africano). O AGOA foi instituído em 2000 pelo então presidente

norte-americano, Bill Clinton, com o propósito de expandir os benefícios de um programa de preferências nas relações comerciais da administração americana

Neste Fórum participaram os Ministros do Comércio dos Países Africanos, representantes do sector privado e da sociedade civil de diversos países africanos.

Tensão Social em Moçambique

Tal como já tinha sucedido em Fevereiro de 2008, o aumento dos bens essenciais em Moçambique provocou uma onda de protesto social em Maputo, a qual foi seguida por um clima de violência na capital moçambicana. Se, em 2008, o motivo foi o aumento dos combustíveis, os aumentos de Setembro incidiram também sobre a água, electricidade e bens essenciais na alimentação da população, nomeadamente, pão e arroz.

O aumento dos preços alimentares, provocados pela sua escassez a nível mundial e pelo aumento dos combustíveis, é um factor preocupante para Moçambique tendo em conta a sua capacidade de produção. Segundo o Ministro da Agricultura de Moçambique, Soares Nhamitanga, o país apenas produz 5% das suas necessidades anuais de trigo, sendo que o consumo moçambicano de trigo é de 437 mil toneladas por ano e o país produz apenas 22 mil toneladas.

A fraca produção põe claramente em causa as metas estabelecidas no Plano Nacional de Produção de Alimentos, aprovado em 2008, que previa reduzir para metade as importações de trigo e eliminar as de arroz até 2011. Porém, também na produção de arroz, os resultados ficaram aquém das expectativas, com o país a produzir apenas 257 mil toneladas das 527 mil toneladas que constituem a totalidade do consumo nacional por ano.

Apesar das inúmeras potencialidades agrícolas, com cerca de 36 milhões de hectares de terra arável, grande parte da agricultura praticada é de subsistência e não consegue produzir o suficiente para a população. Por outro lado, o aumento anual da produção agrícola é sempre abaixo da taxa de crescimento da população. Outros problemas logísticos, como a fraca capacidade de armazenagem e sistema rodoviários deficitários dificultam o escoamento de algumas produções.



Embora indesejáveis estes aumentos eram inevitáveis, uma vez que o governo moçambicano vinha a travar, através de subsídios, o aumento destes bens. Porém a crise internacional e o crescente aumento dos combustíveis tornaram impossível a manutenção destes apoios.

Esta situação acontece apesar de Moçambique ser considerado em termos africanos e internacionais, um exemplo de estabilidade política e crescimento económico. Desde o fim da Guerra Civil, em 1992, o país conheceu um forte desenvolvimento, o qual, além de assimétrico em termos regionais, escondeu o aumento da pobreza nas principais zonas urbanas. Este aumento da pobreza urbana, associada ao crescimento da população nestas áreas, era um facto de preocupação para as autoridades nacionais. Apesar da imagem de sucesso que é transmitida de Moçambique, a verdade é que de acordo com as Nações Unidas, 46% da população moçambicana vive abaixo do limiar da pobreza, o que coloca o país num modesto 127º numa lista de 135 países analisados. De registar ainda que cerca de um milhão de pobres vivem neste momento na zona da capital.

Esta situação convive com um crescimento de cerca de 7,2 % no primeiro semestre deste ano, o que prova que existe um claro desequilíbrio entre a pobreza que atinge parte substancial da população e os grandes projectos responsáveis pelas taxas de crescimento.

Um outro factor que tem vindo a prejudicar Moçambique é a situação de alguns dos seus principais parceiros regionais. A África do Sul, principal parceiro comercial e destino de muitos trabalhadores moçambicanos, atravessa uma forte crise marcada por constantes contestações e greves dos funcionários públicos. O Zimbabwe, importante parceiro económico de Moçambique, não consegue sair da crise em que se encontra envolvido desde inícios do século.

O aumento dos preços, mas em especial dos combustíveis, resulta de um compromisso assumido pelas autoridades moçambicanas há três anos junto do FMI. Este aumento visava introduzir um sistema de mudança dos preços dos combustíveis que reflectisse o valor destes no mercado internacional. O governo moçambicano tentou fazer estes aumentos há dois anos, porém, a onda de revolta que se seguiu fez com voltasse atrás nas suas intenções.

Face à onda de contestação social que se registou que, para além de Maputo, alastrou às cidades do Chimoio, na província de Manica no Centro do país e à província de Tete, o governo Moçambicano viu-se obrigado a recuar nas suas intenções. Assim, uma semana depois do anúncio dos aumentos, o Governo decidiu baixar os preços dos bens

dos produtos essenciais como resposta à pressão popular.

O governo moçambicano anunciou medidas de impacto imediato nos preços, que passam por: retirar o aumento anunciado na tarifa de energia para os consumidores de escalão social dos consumos mensais mais baixos; Reduzir o aumento anunciado da tarifa de energia dos consumidores do escalão doméstico cujo consumo mensal se situa entre 100 e 300 Kwh, de 13.4% para 7%; eliminar a dupla cobrança da taxa de lixo nas facturas de energia para os consumidores do sistema pré-pago (Credelec); Continuar com a facilitação das novas ligações de energia para as famílias nas zonas periféricas das cidades, pagando a taxa promocional de 875 meticais, sempre que for necessário.

No ramo do abastecimento de água potável, o governo decidiu reduzir o valor da taxa de ligação domiciliária de água dos actuais quatro mil meticais para dois mil meticais, com possibilidade de pagamento em prestações, bem como manter inalterada a tarifa de água de 150 meticais por mês para os consumidores até cinco metros cúbicos.

No que diz respeito ao sector alimentar, o executivo moçambicano decidiu manter o preço anterior do pão através da introdução de subsídio, manter as medidas fiscais em curso para a batata, tomate, cebola e ovos, nomeadamente, o estabelecimento de preços de referência abaixo dos reais para a cobrança de direitos aduaneiros e IVA. Outra medida está relacionada com a baixa do preço do arroz (de 3ª qualidade) em 7.5%, diferindo os direitos aduaneiros sobre este produto, assim como a suspensão temporária da sobretaxa de importação do açúcar.

Como medidas de contenção de gastos, o executivo decidiu congelar o aumento dos salários e subsídios dos dirigentes superiores do Estado até que o Governo conclua a avaliação em curso, tendo ainda decidido congelar o aumento dos salários e subsídios dos membros dos Conselhos de Administração das Empresas Públicas e das empresas maioritariamente participadas pelo Estado, devendo os salários serem pagos em moeda nacional.

A decisão do Governo Moçambicano de recuar nas suas intenções de aumentar os preços serviu para acalmar a contestação social, não resolvendo, porém, os problemas económicos do país. Esta situação é potencialmente complicada porque, por um lado, é a segunda vez que o Governo volta atrás dando a ideia de que a pressão social é suficiente para travar as decisões do executivo. Por outro lado, a manutenção dos apoios do Governo ao consumo destes bens não se poderá manter

devido aos seus elevados custos e à pressão dos doadores internacionais, nomeadamente daqueles que apoiam directamente o orçamento de estado de Moçambique.

Uma possível solução passa pela abolição da isenção de pagamento de impostos por parte das multinacionais que estão a investir no país, embora uma decisão destas poderá afastar este tipo de investimentos. Por outro lado, o Governo de Maputo tem que ter em atenção o crescente fosso que se está a escavar entre a elite e a grande maioria da população. Por outro lado, a questão dos desequilíbrios regionais também necessita de ser enfrentada, sob pena de se criarem sérios descontentamentos em várias províncias do país.

Ranking de Competitividade 2010/2011

Cabo Verde entrou directamente para a 117ª posição no Ranking de Competitividade 2010/11, uma avaliação feita pela primeira vez ao arquipélago pelo Fórum Económico Mundial (FEM), que, globalmente, considera o desempenho cabo-verdiano "positivo". No "ranking", surgem também Portugal, na 46ª posição, com 4,38 pontos (desceu três lugares em relação ao índice 2009/10), Brasil, na 58ª, com 4,28 pontos (desceu dois), Moçambique, na 131ª com 3,32 pontos, (desceu dois) e Angola, que surge pela primeira vez no índice, na 138ª e penúltima posição, com 2,93 pontos.

Os restantes países de língua portuguesa - Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste - não foram analisados.

Segundo o documento, Cabo Verde foi positivamente avaliado nos requisitos básicos de competitividade, mas foi penalizado devido à fraca performance dos factores geradores de eficiência, onde ocupa o 129º lugar.

Segundo Franz Tavares, director executivo da Inove Research, uma das empresas que promoveu a entrada do país para o "ranking" dos avaliados, pesaram na avaliação da variável a ineficiência dos mercados laboral e de bens, bem como o incipiente Ensino Superior e a reduzida dimensão do mercado nacional.

No entanto, o arquipélago foi avaliado de forma positiva nos requisitos básicos de competitividade, considerado o factor mais relevante na avaliação de países em desenvolvimento.

Com uma pontuação de 4,13 pontos, Cabo Verde ocupa o 96.º lugar, resultado da avaliação "muito positiva" das instituições públicas (56º na saúde e 89º na educação primária) e de uma outra, "pouco favorável" das infra-estruturas, disse Franz Tavares.

No indicador Inovação, Cabo Verde ocupa o 117º lugar, enquanto no de Sofisticação de Negócio desce para o 128º.

Segundo Franz Tavares, entre os 31 países da África Subsaariana avaliados pelo Fórum Económico Mundial, Cabo Verde encontra-se a meio da tabela, 15º lugar.

O "ranking" geral é liderado pela Suíça, seguido da Suécia e de Singapura. Os Estados Unidos da América caíram dois lugares, passando a ocupar a 4ª posição.

O Relatório Global de Competitividade elaborado pelo Fórum Económico Mundial é, segundo Franz Tavares, reconhecido mundialmente como a referência de medidas de comparação e de factores que afectam a competitividade e o crescimento dos países. Divulgado pela primeira vez em 1979, o relatório oferece a mais profunda avaliação da competitividade de mais de 130 países desenvolvidos e emergentes.

Os objectivos passam por fornecer um instrumento único de "benchmarking" para as empresas no desenvolvimento de estratégias e na tomada de decisões de investimento e aos Governos na identificação de obstáculos ao crescimento económico e de medidas de política económica.



Luanda apoia Bissau

No âmbito da sua política de afirmação internacional, Angola tem vindo a reforçar a sua presença nos outros países africanos lusófonos, sendo que a Guiné-Bissau é o caso mais recente. O interesse de Angola pela Guiné-Bissau começou a verificar-se com mais intensidade a partir de 2005. Na sequência deste interesse, Luanda tem assumido cada vez um papel estratégico, do ponto de vista económico, sendo cada vez mais frequentes as visitas oficiais de altos representantes de ambos os países. No campo económico, há a destacar o importante investimento angolano na exploração de Bauxite, no sul da Guiné-Bissau.

Outra área onde a presença angolana é crescente é o sector da segurança. A Guiné-Bissau continua a apresentar problemas na área da segurança devido ao tráfico de droga, sendo difícil afastar a ideia de narco-estado. Se a identificação do problema da segurança reúne consenso, e que cuja solução passa pela reforma das Forças Armadas, a maneira como aplicar esta receita já é fonte de discórdia entre actores internos e externos.

A União Europeia manteve uma missão em Bissau com o objectivo de reforma o sistema de segurança do país, porém, os acontecimentos militares de 1 de Abril, que levaram à prisão do anterior Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, Comandante Zamora Induta e a nomeação do líder do golpe, General António Indjai para o suceder no cargo, levaram a UE a suspender a Missão.

Face a este impasse, Angola apareceu como o novo parceiro da Guiné nesta área. Nesse sentido, deslocaram-se a Luanda, em Setembro, o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, António Indjai e o Primeiro-Ministro guineense, Carlos Gomes Júnior, com vista a analisarem conjuntamente os acordos de cooperação militar, entre as Forças Armadas de Angola e da Guiné-Bissau. Na sequência desta visita ficou acordado que uma equipa técnica militar e de segurança angolana irá deslocar-se a Bissau para apoiar a concretização do programa de reforma das forças armadas.

A melhoria da imagem internacional da Guiné-Bissau passa, necessariamente, pelo o combate à utilização do seu território como plataforma de passagem de droga oriunda da América do Sul. Porém, face á inexistência de meios de controlo efectivo do seu território nacional, terrestre, marítimo e aéreo, um dos pedidos feito às autoridades angolanas foi no sentido da disponibilização de meios para ajudar a Guiné-Bissau a controlar o seu território combatendo o narcotráfico e a emigração clandestina.

Uma outra área onde Angola poderá vir a desempenhar um papel de relevo tem a ver com a futura força de estabilização que poderá chegar à Guiné. Em Agosto, o Governo guineense anunciou a sua disponibilizar para aceitar a entrada no país de uma Força de Estabilização

Internacional com o objectivo de ajudar a estabilizar um país cíclico de violência política e militar. Paralelamente, as Forças Armadas, concordaram igualmente com esta decisão aceitando submeter-se às decisões do poder político.

A incógnita reside no formato desta Força e na sua composição. À partida será de esperar, e desejável, uma forte presença de elementos oriundos dos países da CEDEAO e da CPLP. No caso dos países lusófonos, Portugal já manifestou a sua decisão de não participar com meios humanos, podendo, no entanto, prestar outro tipo de apoios. Angola e Timor-leste manifestaram a sua disponibilidade para participar. Face ao crescente interesse que Luanda tem manifestado pelos assuntos guineenses, é de prever que a presença de Angola nesta Força seja significativa, quer em termos humanos, quer em termos financeiros.

Esta decisão de apelar à intervenção externa insere-se numa lógica de intervenção do poder político guineense que pretende enfrentar os problemas relacionados com a instabilidade política, condição indispensável para promover o desenvolvimento do país. Nesse sentido, deve também ser entendida a realização, em Agosto, de uma Conferência Nacional para a Paz e Desenvolvimento subordinada ao lema "Caminhos para Consolidação da Paz e Desenvolvimento na Guiné-Bissau", a qual pretendeu auscultar os guineenses de todos os quadrantes sobre as causas de conflitos cíclicos no país e as formas da sua resolução.



Cimeira da CEDEAO sobre a Guiné-Bissau

Com o objectivo de se discutir a situação na Guiné-Bissau, realizou, a 17 de Setembro, uma Cimeira Extraordinária de Chefes de Estado da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). De acordo com o Presidente da Nigéria e actual líder da CEDEAO, Goodluck Jonathan, a Guiné-Bissau corre o risco de cair a anarquia, a menos que seja encontrada uma solução para a situação de segurança, incluindo colocar os militares, sob controlo

Desta Cimeira, convocada pelo Chefe de Estado da Nigéria e Presidente em exercício da CEDEAO, Goodluck Jonathan, saiu uma posição comum sobre as propostas formuladas pelo Comité dos Chefes de Estado Maior da CEDEAO e que visa uma solução que promova a paz e estabilidade duradouras na Guiné-Bissau. Os Chefes de Estado analisaram o relatório sobre a situação guineense, elaborado pelo comité dos Chefes do Estado-Maior das Forças Armadas dos países da CEDEAO, na sequência da deslocação de uma missão efectuada em Maio último.

A missão integrou quatro CEMGFA de outros tantos países da região - Cabo Verde, Gana, Libéria e Togo -, bem como o presidente da Comissão para os Assuntos Políticos, Paz e Segurança da CEDEAO. Apesar do relatório final da missão não ter sido divulgado, foi encarada como tendo sido bem sucedida, fornecendo pistas importantes para futuras diligências da CEDEAO.

Durante a Cimeira, a CEDEAO decidiu promover uma rápida reforma do sector da Defesa e Segurança na Guiné-Bissau, medida chave para estabilizar e restaurar a paz no país. Para pôr em prática esta decisão a CEDEAO terá que obter 70 milhões de dólares (cerca de 58,3 milhões de euros) para o plano de reforma da segurança na Guiné-Bissau, prevendo-se que 45 milhões de dólares (37,5 milhões de euros) sejam destinados ao pagamento de pensões e compensações a quem abandone as Forças Armadas no âmbito deste processo.

As Forças Armadas da Guiné-Bissau, integradas por cerca de 4.500 efectivos, segundo os dados oficiais, estão bastante envelhecidas, com mais de 1.000 militares entre os 51 e os 80 anos, dos quais alguns são ainda mais velhos. Entre os 41 e os 50 anos há 1.342 militares, enquanto na faixa etária entre os 31 e os 40 anos estão registados 1.475. Dos 21 aos 30 anos, existem apenas pouco mais de 600 militares.

A decisão de aceitar a presença de uma força internacional surgiu na sequência dos apelos nesse sentido feitos à Guiné-Bissau por várias organizações internacionais, nomeadamente, a União Africana, a CPLP e a CEDEAO.

Para a operacionalização de uma tal missão, será necessário que as referidas organizações estudem juntamente com as autoridades políticas e militares guineenses, um conjunto de questões em relação ao mandato e ao formato da Força Internacional. O envio da força internacional terá como objectivo principal o criar de condições para a concretização da reforma do sector de Defesa e Segurança nas Forças Armadas guineenses.



Ilha do Príncipe candidata a Reserva da Biosfera

A Região Autónoma de Príncipe candidatou-se à reserva da biosfera da Organização Internacional das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) com o apoio de Instituto Português do Desenvolvimento (IPAD) em virtude dum estudo realizado e apresentado por uma equipa de biólogos portugueses que recentemente esteve na Ilha do Príncipe. Este projecto foi coordenado pelo Professor António Domingos Abreu, e envolveu uma equipa multidisciplinar de cientistas

A candidatura que visa preservar a riqueza da biosfera da ilha do Príncipe surge como maior hipótese para preservar e desenvolver a região.

Para os biólogos que fizeram os estudos e levantamento de todos os parâmetros necessários para candidatar a Ilha às reservas da biosfera da UNESCO, não faltam à Ilha argumentos para convencer os organismos dessa organização internacional visto que no Príncipe, há um conjunto de Fauna e Flora endémicas confinadas apenas à Ilha.

A cerimónia de formalização desta candidatura de correu em Lisboa, a 22 de Setembro, na presença do Presidente do Governo regional do Príncipe, José Cardoso Cassandra e do Presidente do IPAD, Prof. Manuel Correia. A candidatura a reserva da biosfera foi apresentada no âmbito do Programa Homem e Biosfera da UNESCO.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsáveis pela edição

J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação

Porta de Comunicação

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05